

A metrópole e o rio

Muito já se falou sobre as enchentes do rio Tietê. De fenômeno natural, geofísico, elas se transformaram em inundações, problemas humanos socialmente produzidos. Resultado da ação do homem (que ao fazer a cidade, ocupou as várzeas inundáveis), a cada chuva de maior intensidade lá vem ele, o Tietê retificado, a resgatar o que é dele — e a população se vê, então, com o corpo dentro d'água barrenta, poluída.

Um conjunto de fatores que podem ser resumidos na falta de planejamento e critérios para usar e ocupar o solo, produziu o problema de grandes proporções que são as inundações da Grande São Paulo, mas que também explicam a poluição do rio e a escassez de água para o abastecimento público da região que concentra a maior parte da população do estado de São Paulo.

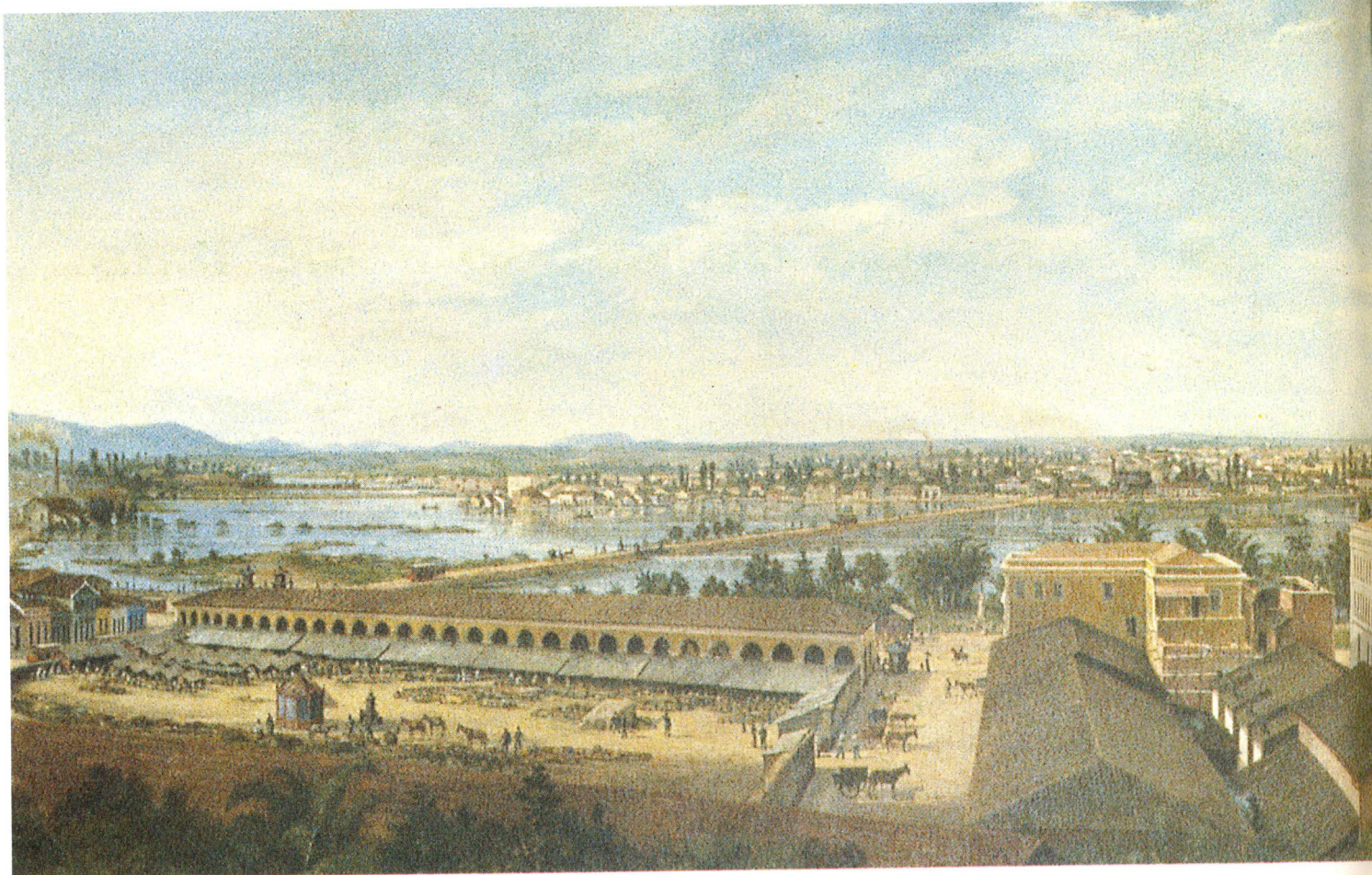
Não é diferente também com os projetos para a solução do problema. De há muito, um número infindável de técnicos, especialistas, políticos e administradores públicos se ocupam do assunto, formulando milhares de páginas que, por vezes, são transformadas em projetos, recebem recursos, se materializam em obras — existe mesmo a chamada “indústria do desassoreamento do Tietê” —, mas ainda assim o rio teima em tirar o sossego do paulistano, principalmente durante o verão.

Se o erro está na base da errática ocupação do solo lindeiro ao rio, ainda assim não faltaram aqueles como o engenheiro e sanitarista Saturnino de Brito que, ao empreender profundos estudos sobre o regime hídrico da bacia do Alto Tietê, encontrou caminhos para a equação do problema. Isso foi lá pelos anos 20 deste século, que agora entra em sua última década, pa-

decendo os paulistanos ainda de grandes inundações como aquelas de março e abril do ano passado. E quem garante o que pode vir a acontecer durante este verão?

Em campo e nos escritórios e gabinetes, mais uma vez técnicos e políticos se põem a examinar a questão — e se já não prometem o fim das enchentes, revelam que a população paulistana pode contar, nos próximos episódios críticos de grandes chuvas, com uma ação mais efetiva e solidária do poder público, enquanto prosseguem as inúmeras obras, estas sim, apontadas como a solução definitiva para as inundações.

PAULO ANTUNES





O dia 19 de março de 1991 está marcado na história da cidade de São Paulo e Região Metropolitana como aquele em que uma das maiores inundações de sua história comprometeu a vida econômica do maior centro industrial do País. Naquele dia, São Paulo deixou de produzir US\$ 68 bilhões, 17 pessoas morreram e milhares tiveram suas vidas afetadas por congestionamentos, alagamentos e destruição.

A data é responsável também pela iniciativa do governo do Estado e da prefeitura paulistana de empreenderem esforços conjuntos para enfrentar seriamente o problema, seja dando seqüência a obras necessárias ao controle das inundações, seja na dotação de um esquema adequado para a defesa civil em episódios críticos de chuvas. O dia 19 de março ensinou também que a cidade de São Paulo e os demais municípios que compõem a bacia do Alto Tietê devem, em conjunto, planejar e decidir o futuro da região, para que a riqueza aqui produzida e as vidas humanas que aqui se concentram não sejam submersas a cada temporal mais forte.

Já no dia 8 de maio, numa reunião no Palácio dos Bandeirantes, que além do governador Luiz Antônio Fleury Filho e da prefeita paulistana Luiza Erundina, contava com 16 prefeitos da região, decidia-se pelo reconhecimento da bacia como também prioritária para o Plano de Recursos Hídricos (em tramitação na Assembléia Legislativa), o que vale dizer: merece atenção redobrada e recursos financeiros. Naquela oportunidade também foi constituído um grupo executivo reunindo Estado e municípios para planejar e articular ações de defesa civil, segurança urbana e controle sanitário e epidemiológico, bem como se exigiu a implantação de um programa emergencial de limpeza e desassoreamento dos córregos de divisa até o final de 1991. O documento dispunha também da necessidade da retomada e aceleração das obras de saneamento e controle das cheias na bacia do Alto Tietê.

De lá para cá, um batalhão de técnicos de instituições estaduais e municipais de São Paulo reúnem-se sistematicamente em um dos grupos ou subgrupos de trabalho criados: obras prioritárias, ações preventivas e defesa civil. Este último deverá ter seus resultados avaliados em breve, numa "operação simulada" para orientar e educar o comportamento da população em situações críticas de chuvas.

Uma grande obra

Desde 1987 o governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Energia e Saneamento e do seu Depto. de Águas e Energia Elétrica - DAEE, vem realizando aquela que é considerada a maior e definitiva obra de combate às enchentes na Grande São Paulo. Trata-se do aprofundamento em 2,5 metros, em

média, da calha do rio Tietê, na Região Metropolitana, numa extensão total de 48 quilômetros.

O projeto é dividido em duas etapas. A primeira, prevista para ser executada em 39 meses a contar de setembro de 1987, consiste no aprofundamento do leito do rio entre a barragem Edgard de Souza, em Santana do Parnaíba, até a foz do rio Pinheiros, em leito seco. Para isso, o rio é dividido em três seções, sendo que a primeira já se encontra praticamente concluída e as duas restantes deverão ser executadas entre 92 e 93. Outro trecho que compõe a primeira etapa da obra, já executado, é o que vai da Ponte do Limão à foz do Tamanduateí. Aí, o aprofundamento foi de 1 metro, em média, executado com a aplicação de explosivos, mantendo-se o leito do rio com água. A extensão total da primeira etapa é de 23 quilômetros.

A segunda etapa da obra compreenderá o rebaixamento do trecho que vai da foz do Rio Pinheiros até a barragem da Penha, sendo mais uma vez aprofundado o leito entre a Ponte do Limão e o rio Tamanduateí, para alcançar a cota média de 2,5 metros. Essa segunda etapa compreende 24 quilômetros.

Paulo Bezerril Júnior, coordenador de Saneamento e Recursos Hídricos da Secretaria de Energia e Saneamento, ex-diretor do DAEE, pondera que se trata de uma obra com custos

elevados e de longa duração, não sendo possível produzir grandes resultados ainda.

Ele lembra que antes de iniciar o aprofundamento da calha do Tietê, o governo do Estado realizou outra importante obra para o controle das cheias em São Paulo, a construção de descarregadores de fundo, responsáveis pelo aumento da capacidade da descarga de água, na barragem Edgard de Souza. O engenheiro destaca ainda outra ordem de intervenção de responsabilidade do governo estadual, as barragens de espera que estão sendo construídas a mon-



Bezerril: obra de longo prazo.

CRONOLOGIA

1560

Em seus escritos, os jesuítas registravam as enchentes do Anhambi, o primeiro nome do Tietê.

1813

Gustavo Bayer informava que os freqüentes transbordamentos dos cursos d'água que banham a capital da Província quase transformavam a cidade em ilha.

1842

O empreendedor português conhecido como Teixeira realizava algumas obras de retificação do Tietê entre a Ponte Grande e a Coroa.

1850, 1861 e 1856

Grandes enchentes na cidade.

1866

O presidente da Província de São Paulo, João Alfredo Correia de Oliveira, defende a drenagem das várzeas dos rios Tietê e Tamanduateí.

1889

Epidemia de febre amarela no estado de São Paulo. Um clamor público pelo saneamento das cidades será impulsor de inúmeras obras no Tietê. É tempo de República.

COMBATE ÀS ENCHENTES NA GR

1ª ETAPA -

Aprofundamento "a seco"

Trecho da barragem Edgard de Souza até a ponte Guilherme de Almeida - 7.100 metros.

Trecho da ponte Guilherme de Almeida até proximidades da ponte do Quartel - 5.000 metros.

Trecho da ponte do Quartel até a foz do rio Pinheiros - 8.040 metros.

Aprofundamento "subaquático"

Trecho da ponte do Limão até a foz do Tamanduateí - 3.200 metros. Aprofundamento de 1 m.

Total da 1ª Etapa - 23.340 metros.

2ª ETAPA -

Aprofundamento "subaquático"

Trecho da foz do rio Pinheiros até a ponte do Piqueri - 5.400 metros.

Trecho da ponte do Piqueri até a ponte do Limão - 3.800 metros.

Trecho da ponte do Limão até a foz do rio Tamanduateí - 3.200 metros, com aprofundamento de mais 1 metro.

Trecho da foz do Tamanduateí até a barragem da Penha - 12.077 metros.

Total da 2ª etapa = 24.477 metros.

